

Trabalho, Educação do Campo e Movimentos Sociais: questões emergentes, ação coletiva e resistências

Work, Rural Education, and Social Movements: Emerging Issues, Collective Action, and Resistance

Luiz Paulo Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 31/07/2026

Aceito em 05/08/2026

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p3-13>

Copyright (c) 2026 Luiz Paulo Oliveira; Tiago Rodrigues Santos



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

OLIVEIRA, Luiz Paulo. Trabalho, Educação do Campo e Movimentos Sociais: questões emergentes, ação coletiva e resistências. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 51, n. 267, p. 3-13, jan./abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p3-13>

Resumo

Este texto apresenta o dossiê *Trabalho, Educação e Movimentos Sociais*, publicado pelos *Cadernos do CEAS*, destacando suas contribuições críticas e multidisciplinares para a compreensão das questões emergentes que atravessam os sujeitos sociais do campo, das águas e das florestas no Brasil. Os artigos analisam a centralidade do trabalho como princípio educativo, categoria ontológica e mediação histórica da formação humana, articulando essa centralidade às lutas por terra, território, educação pública, agroecologia e reforma agrária popular. O dossiê problematiza as políticas educacionais de regulação, a precarização do trabalho docente nas escolas do campo, os limites da formação profissional e superior voltada aos sujeitos do campo, especialmente às juventudes rurais, o trabalho associado e cooperado como forma de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão e às desigualdades de classe, raça e gênero nas experiências de cooperativismo rural. Ao evidenciar práticas pedagógicas, formas coletivas de resistência e projetos emancipatórios, a publicação reafirma a Educação do Campo como construção política enraizada nos territórios e nas lutas sociais.

Palavras-chave: Trabalho; educação do campo; ação coletiva; lutas emancipatórias; resistência.

Abstract

This text presents the dossier *Work, Education, and Social Movements*, published by *Cadernos do CEAS*, highlighting its critical and multidisciplinary contributions to the understanding of emerging issues affecting social subjects from rural areas, waters, and forests in Brazil. The articles analyze the centrality of work as an educational principle, an ontological category, and a historical mediation of human formation, articulating this centrality with struggles for land, territory, public education, agroecology, and popular agrarian reform. The dossier problematizes educational regulation policies, the precarization of teaching work in rural schools, the limits of professional and higher education aimed at rural subjects, especially rural youth, associated and cooperative work as a way of confronting labor analogous to slavery, and class, race, and gender inequalities in experiences of rural cooperativism. By highlighting pedagogical practices, collective forms of resistance, and emancipatory projects, the publication reaffirms Rural Education as a political construction rooted in territories and social struggles.

Keywords: Work; Rural Education; collective action; emancipatory struggles; resistance.

APRESENTAÇÃO

O dossiê Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, publicado pelos Cadernos do CEAS, reúne contribuições de pesquisadores e pesquisadoras em uma perspectiva crítica e multidisciplinar sobre questões emergentes que atravessam os sujeitos sociais que vivem em áreas rurais do Brasil e suas pautas históricas relacionadas ao direito a terra, ao trabalho, à educação e ao território.

Entre os temas abordados, destacam-se as experiências contra-hegemônicas dos movimentos sociais do campo, que articulam trabalho e educação como dimensões ontológicas e históricas da vida social, indissociáveis na luta política pelo direito à terra e pela reforma agrária popular. Da mesma forma, destacam-se as práticas pedagógicas das escolas do campo e dos mutirões agroecológicos, organizados a partir do trabalho como princípio educativo.

O presente dossiê também problematiza a precarização do trabalho docente nas escolas do campo no contexto da ofensiva neoliberal e das políticas educacionais de regulação, bem como de seus dispositivos gerencialistas de controle do trabalho pedagógico das(os) professoras(es); as contradições da expansão e da interiorização da rede pública federal de educação profissional e superior no que se refere ao acesso e à permanência dos jovens e trabalhadores do campo; o distanciamento das propostas curriculares em relação às demandas educativas dos sujeitos sociais e dos movimentos sociais do campo, assim como de seus saberes e práticas agroecológicas; além dos processos formativos das juventudes, sua relação com o trabalho e os desafios de permanência no campo no contexto das contrarreformas educacional e trabalhista na conjuntura recente.

Além disso, são analisadas outras formas sociais de trabalho, para além da lógica do capitalismo agrário e sua forma contemporânea, o agronegócio, em especial as experiências educativas do trabalho associado em empreendimentos da agricultura familiar (associações e cooperativas), autogeridos por trabalhadoras e trabalhadores que vivem do trabalho no campo brasileiro, com ênfase em suas potencialidades, limites e contradições no enfrentamento às formas análogas de trabalho escravo e às desigualdades de classe, raça e gênero que atravessam as relações de trabalho nos diversos contextos rurais.

O trabalho, categoria fundante do ser social e da sociabilidade humana (Marx; Engels, 2007; Marx, 2004), princípio formativo e mediação histórica da produção da vida social, é um eixo analítico transversal nas análises desenvolvidas pelas autoras e autores dos artigos deste dossiê, a partir de diversos enfoques metodológicos e recortes empíricos. Em todos os casos, o trabalho é compreendido para além de sua dimensão instrumental e meramente econômica, sendo analisado como princípio educativo constitutivo da formação humana e de compreensão dos processos históricos da produção da riqueza social, dos conflitos de classes e da construção coletiva de projetos emancipatórios.

Ao tomar como referência as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, as reformas educacionais neoliberais, os conflitos agrários e socioterritoriais, a expansão predatória do agronegócio e as formas de resistência produzidas pelos sujeitos do campo, das águas e das florestas, os textos aqui apresentados permitem compreender que a Educação do Campo, enquanto movimento articulado de reflexão teórica e de práticas sociais, foi engendrada por sujeitos coletivos no Brasil nas últimas três décadas, sendo, portanto, *"... um modo de lutar, de pensar, de fazer a educação que se enraíza no trabalho do campo e em seus sujeitos, suas lutas, sua cultura, seu modo de produzir e respeitar a vida"* (Caldart, 2021, p. 356). Assim, a concepção de "campo" da Educação do Campo ganha sentido político e existencial próprios, *"...não comporta uma compreensão unidimensional do rural"* (Fernandes; Molina, 2004, p. 34), tomando como quadro de referência os territórios camponeses enquanto territórios de vida, de luta e de esperança por outro mundo possível, para além da mercantilização dos recursos naturais e do trabalho humano (Santos, 2001), entrelaçados pelos fios (in)visíveis da sociobiodiversidade e da heterogeneidade dos modos de vida e de trabalho camponeses, historicamente construídos pelos sujeitos sociais que vivem no campo, nas águas e nas florestas.

Nesse sentido, o primeiro artigo do dossiê, "Educação e trabalho na práxis educativa do MST e sua concretização na escola", de autoria de Valter de Jesus Leite, Janaine Zdebski da Silva e Alex Verdério, situa a problemática mencionada anteriormente a partir da trajetória e da experiência histórica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O artigo analisa a relação entre trabalho e educação nas escolas de educação básica do MST e sua indissociabilidade com a luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular. A partir de uma ampla pesquisa documental, buscam reconstruir o percurso histórico da Pedagogia do

Movimento e a centralidade do trabalho em sua proposta educativa e na concepção de escola. Os resultados do estudo indicam que, apesar das contradições e limites, as experiências educativas da MST têm se constituído numa perspectiva da educação omnilateral e politécnica, afirmando o caráter radicalmente educativo do trabalho no processo formativo de novas gerações comprometidas no presente e no futuro com a luta política e o “projeto histórico da classe trabalhadora”.

“O trabalho como princípio educativo no Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Vila Pavão/ES”, de autoria de Guilherme Alves Pereira, também problematiza o trabalho como princípio educativo a partir da investigação empírica de uma escola do campo situada no noroeste do Espírito Santo, historicamente vinculada às práticas agroecológicas e à formação de jovens camponeses. A análise revela que o trabalho permanece como eixo estruturante da proposta formativa do CEIER de Vila Pavão, especialmente nas atividades vinculadas à agroecologia e à parte diversificada do currículo. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia tensões decorrentes de mudanças institucionais e de exigências normativas relacionadas a inclusão da escola investigada no programa oficial de escolas de tempo integral da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, a partir de 2020, as quais incidem diretamente na proposta curricular, na identidade da escola e na redefinição de seu público-alvo. Desse modo, a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, quando orientada pelo trabalho como princípio educativo, constitui um locus de disputas e tensões políticas, bem como de reinvenções pedagógicas, exigindo projetos comprometidos com a formação humana e com a realidade dos sujeitos do campo.

O trabalho docente nas escolas do campo multisseriadas é objeto de análise do artigo “Esse pacote não nos cabe! Trabalho pedagógico de professores/as de classes multisseriadas no contexto das políticas educacionais de regulação”, de autoria de Terciana Vidal Moura e Fábio Josué Souza dos Santos. Com base em pesquisas desenvolvidas pelo Observatório da Educação do Campo nos Territórios de Identidade do Recôncavo e do Vale do Jiquiriçá da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Observale/UFRB) na última década, os autores analisam os efeitos das políticas educacionais conservadoras, gerencialistas e regulatórias sobre o trabalho docente em escolas do campo multisseriadas. Os resultados do estudo evidenciam como os mecanismos e dispositivos neoliberais de regulação política das escolas multisseriadas do campo tendem a padronizar a gestão do trabalho pedagógico, o currículo,

a avaliação e a formação docente, desconsiderando as condições de trabalho singulares requeridas nesse contexto, intensificando a precarização do trabalho e a perda de autonomia docente, bem como comprometendo a materialização histórica da Educação do Campo como projeto político-pedagógico construído a partir dos sujeitos sociais do campo, de suas experiências e necessidades formativas.

O quarto artigo, de autoria de Hortência Gonçalves Brito e Adeilton Dias Alves, intitulado “Do campo ao campus: agroecologia como movimento na disputa do currículo no ensino superior”, analisa a relação entre o curso de Agroecologia do IF Baiano, Campus Uruçuca-BA, fruto do processo de expansão e interiorização do ensino superior no país, e os movimentos sociais do campo do Território Litoral Sul da Bahia. A investigação explicita as tensões entre uma herança institucional vinculada à formação da força de trabalho para o latifúndio cacauzeiro e as demandas atuais dos movimentos sociais do campo por uma educação emancipatória, territorializada e comprometida com a agroecologia em sua dimensão ampliada. Os resultados do estudo indicam um distanciamento entre a formação acadêmica do curso de Agroecologia e a práxis dos movimentos sociais do campo, cujas evidências empíricas se explicitam pela predominância de abordagens tecnicistas e do empreendedorismo na proposta curricular, pela limitada incorporação de saberes e experiências agroecológicas consolidadas em assentamentos de reforma agrária, e acima de tudo pela ausência do reconhecimento dos movimentos sociais do campo enquanto sujeitos coletivos e protagonistas de um projeto de campo e de sociedade para além do capitalismo agrário e da educação rural.

Por sua vez, o artigo “Educação do Campo e trabalho com mutirões agroecológicos: sentidos atribuídos e a pedagogia engajada no CFP/UFRB”, de autoria dos educadores e pesquisadores Carlos Adriano da Silva Oliveira, Lanna Cecília Lima de Oliveira e Ybyrá Ybyraçú Antekren Duarte Brandão, destaca o trabalho com mutirões agroecológicos como práticas formativas, coletivas e comunitárias transversais à proposta político-pedagógica do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Formação de Professores da UFRB, em Amargosa, Bahia. Os autores compartilham uma reflexão socialmente implicada com os saberes e práticas culturais de trabalhadoras e trabalhadores do campo, das águas e das florestas, emergidas das experiências camponesas que sempre conjugaram, em seu fazer-se, trabalho e cultura como dimensões integradas da experiência social em comunidades rurais

e tradicionais, constituindo um importante quadro de referência curricular para a formação de professores de Educação do Campo no ensino superior. Assim, de forma implícita, a perspectiva dos autores se encontra em sintonia com as formulações do saudoso professor e educador popular Carlos Rodrigues Brandão (2020) em seus estudos sobre “o trabalho como festa” nos mutirões de trabalho de camponeses no Brasil. A análise ressalta a potência pedagógica dessas experiências para a construção de uma Educação do Campo popular e democrática, engajada e sensível aos saberes e fazeres produzidos coletivamente pelos sujeitos que trabalham e vivem no/do campo.

As juventudes do campo e a formação profissional ganham destaque em “Juventude e formação profissional no Instituto Federal Baiano — Campus Valença – Bahia: há lugar para os jovens do campo?”, de autoria de Micheline Santos de Jesus, Luiz Paulo Jesus de Oliveira e Ana Cristina Nascimento Givigi, ao analisar as demandas, experiências e perspectivas de jovens estudantes dos cursos técnicos integrados em Agropecuária e Agroecologia do IFBaiano, Campus Valença, em relação ao direito à educação, à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho. Os resultados da pesquisa indicam que os jovens estudantes valorizam o IF Baiano como espaço de ampliação do capital escolar, projetam a continuidade dos estudos e o ingresso no ensino superior, mas também expressam preocupação com o trabalho, a autonomia financeira e a estabilidade profissional, nem sempre vinculados diretamente à formação técnica recebida. Constatou-se, ainda, a baixa presença de jovens oriundos de comunidades rurais nos cursos. Dessa forma, os autores problematizam o lugar da juventude do campo nas políticas de formação profissional e a importância de políticas públicas integradas que assegurem aos jovens do campo o direito à educação, ao trabalho e ao território de maneira plena, garantindo condições concretas de acesso e permanência à escola do/no campo, a efetivação do trabalho digno, o acesso à terra, e a participação ativa na construção de projetos coletivos para o desenvolvimento territorial justo e sustentável.

O artigo “Os sentidos do trabalho nas trajetórias de jovens egressos da Educação do Campo”, de autoria de Rainei Rodrigues Jadejiski, analisa a relação entre juventude, trabalho e território rural a partir de um estudo sobre trajetórias de jovens egressos do Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Águia Branca, no Espírito Santo. Por meio de entrevistas de história oral temática, o estudo evidencia que o trabalho ocupa lugar central na estruturação das experiências e dos projetos de vida desses jovens, cujos percursos são atravessados por

permanências, deslocamentos e retornos ao espaço rural. A Educação do Campo aparece como mediação formativa que amplia as leituras críticas sobre o território e o mundo do trabalho, sem reduzir as trajetórias juvenis à permanência compulsória no campo. Ao mesmo tempo, a pesquisa destaca o peso das desigualdades relacionadas ao acesso à terra, às relações de gênero e às condições materiais de existência na configuração das trajetórias dos jovens do campo investigados.

A garantia do direito à educação é tematizada no artigo “Direito à educação: as demandas dos sujeitos sociais dos territórios rurais do estado de São Paulo”. De autoria de Fabiana de Cássia Rodrigues, Ana Paula Soares da Silva, José Gilberto de Souza e Luiz Eugênio Pereira Carvalho, o artigo apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, a partir de escutas com sujeitos sociais de territórios rurais paulistas. As demandas sistematizadas revelam problemas recorrentes relacionados ao acesso à escola, ao transporte escolar, à alimentação escolar e ao currículo, os quais explicitam a negação do direito de crianças, adolescentes e jovens à escola do e no campo, com sérias repercussões socioculturais sobre os modos de vida e de trabalho. Essas repercussões atingem principalmente as mulheres trabalhadoras e camponesas, caiçaras, quilombolas ou indígenas, dentre outras, que não dispõem de creches para seus filhos nos assentamentos e comunidades rurais, impossibilitando seu envolvimento e a realização de atividades laborais e comunitárias para além do espaço doméstico, bem como os processos de socialização dos jovens com o trabalho e com a terra, uma vez que as escolas de ensino médio se concentram exclusivamente nas áreas urbanas dos municípios e, em sua maioria, funcionam em tempo integral. Os resultados do estudo indicam que, no estado de São Paulo, unidade da federação que concentra parte expressiva da riqueza produzida no país, a garantia da educação à população camponesa restringe-se, em grande medida, à política do transporte escolar, em geral de baixa qualidade, demonstrando a urgência de reconhecer as especificidades pedagógicas dos sujeitos do campo e a centralidade dos territórios rurais e camponeses na formulação de políticas educacionais comprometidas com a vida concreta das populações rurais.

Os pesquisadores Vitor Figueiras, Rafael Vieira da Silva e Ivan Siqueira Barreto (UFBA), em “Vida Pós-Resgate: quebrando o círculo vicioso do trabalho análogo à escravidão”, analisam os avanços e desafios das políticas públicas de enfrentamento ao

trabalho análogo à escravidão no Brasil. Os autores argumentam que, embora as ações de fiscalização, punição e resgate tenham se consolidado nas últimas três décadas, as alternativas estruturais oferecidas aos trabalhadores e as trabalhadoras após o resgate ainda são insuficientes, o que contribui para a reincidência em situações extremas de exploração e precarização do trabalho. Como resposta a esse desafio, o artigo apresenta um relato de experiência do projeto *Vida Pós-Resgate*, originado de uma iniciativa de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atualmente desenvolvido por uma rede de instituições coordenada pela Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (Fundacentro), do Ministério do Trabalho. A iniciativa busca fomentar a formação e apoiar a organização de associações rurais de trabalhadores (as) resgatados (as), voltadas à produção de alimentos de base agroecológica e sustentável. Os autores demonstram o caráter inovador do projeto, na medida em que o Estado brasileiro, com os recursos financeiros provenientes das indenizações pagas pelos empresários por submeterem trabalhadores(as) a condições análogas às da escravidão, realiza a compra de terras, a aquisição de insumos e instrumentos de trabalho, bem como ações continuadas de formação, acompanhamento e assistência técnica aos empreendimentos dos trabalhadores resgatados. Dessa forma, o projeto busca assegurar aos trabalhadores e as trabalhadoras o direito de viver em seus territórios de origem e de atuar de forma associada na produção agroecológica, apontando possibilidades concretas de ruptura com processos históricos de exploração, miséria e negação do direito à terra e ao trabalho nela.

As desigualdades de gênero, raça e classe são problematizadas em “Mulheres negras rurais em cooperativas: existência, resistência e protagonismo”, de autoria das pesquisadoras Eliene Gomes dos Anjos e Jéssica Santos, a partir de uma investigação empírica sobre a participação de mulheres rurais, especialmente negras, em cooperativas localizadas nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul. A partir da perspectiva da interseccionalidade, as autoras argumentam que o cooperativismo rural tem sido concebido como uma alternativa coletiva ao modelo de organização capitalista tradicional; no entanto, não está isento da reprodução das desigualdades sociais estruturais que atravessam o campo brasileiro, principalmente no que se refere à manutenção de hierarquias baseadas no patriarcado, no racismo e na divisão sexual do trabalho, que privilegiam os homens brancos nas posições de poder e decisão nos empreendimentos, associações e cooperativas rurais, em sua maioria da agricultura familiar. Os resultados da pesquisa mostram que, embora homens brancos ainda

ocupem majoritariamente os cargos de maior poder (cargos diretivos das cooperativas, financeiro, administrativo, comercial e a presidência), as mulheres negras aparecem de forma expressiva entre as cooperativas presididas por mulheres, sobretudo na Bahia. Nesse sentido, a análise evidencia a presença, a resistência e o protagonismo de mulheres negras nas cooperativas rurais, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de políticas de inclusão racial e de gênero, com processos formativos direcionados às lideranças femininas e negras.

O artigo “Sementes crioulas na Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa de Melquíades e Amâncio, porção média da Bacia Rio Pardo, em Vitória da Conquista, Bahia”, de autoria de Mirian da Silva Santos, Anderson Ferreira Pinto Machado e André Luiz Borba do Nascimento, analisa as práticas de conservação de sementes crioulas em uma comunidade quilombola situada em um contexto marcado pelo avanço do agronegócio, das monoculturas e pela intensificação dos conflitos territoriais. Orientados por uma abordagem qualitativa e quantitativa, os autores realizaram entrevistas semiestruturadas com agricultores e agricultoras da comunidade, sistematizaram as variedades de plantas com sementes armazenadas e compararam os bancos de sementes domiciliares e comunitários. Os resultados indicam que as sementes crioulas são fundamentais para a reprodução social da comunidade, pois asseguram a autonomia produtiva das agricultoras e dos agricultores quilombolas, fortalecem a segurança alimentar e preservam saberes ancestrais e culturais comunitários, contribuindo significativamente para a permanência no território. Desse modo, a conservação de sementes crioulas assume caráter político e estratégico como prática social de resistência e afirmação do direito dos sujeitos quilombolas de viver e de trabalhar em seus territórios, frente ao avanço do agrohídronegócio, da degradação ambiental, das mudanças climáticas e do aumento dos conflitos por terra, água e trabalho em territórios historicamente ocupados por comunidades tradicionais no interior da Bahia (Cunha, 2019).

Encerrando o dossiê, o artigo intitulado “Programa Liderar: esperançando com a juventude do campo na Bahia”, de autoria de Gilca Garcia de Oliveira e Luiz Diniz, objetiva compreender os desafios e as possibilidades da educação do/no campo no processo de formação política dos jovens e sua participação nas lutas decorrentes dos conflitos no campo que atingem suas comunidades, a partir de um relato de experiência das ações educativas desenvolvidas pela Escola de Formação de Lideranças Populares, o Liderar, da Comissão

Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Senhor do Bonfim, Bahia, em parceria com a Escola Família Agrícola (EFA) de Itiúba, Bahia. As autoras destacam as desigualdades históricas que marcam o campo brasileiro e baiano, especialmente diante do fechamento de escolas rurais e da negação do direito à educação, e, em contraposição a esse cenário, ressaltam a importância das Escolas Famílias Agrícolas, da pedagogia da alternância e da educação contextualizada como referências fundamentais para processos formativos comprometidos com os sujeitos do campo. O Programa Liderar é apresentado como uma iniciativa que fortalece a formação política e social de jovens lideranças, contribuindo para a construção de práticas educativas emancipatórias, territorialmente enraizadas, e para o reconhecimento dos jovens do campo como sujeitos políticos comprometidos com a transformação social do campo brasileiro no tempo presente.

Em seu conjunto, o dossiê contribui para dar visibilidade à produção científica comprometida com a análise crítica das condições de vida, trabalho e educação das populações camponesas, ribeirinhas, quilombolas e demais sujeitos sociais do campo no Brasil, bem como de suas formas de organização coletiva, estratégias de resistência e lutas emancipatórias e ancestrais mobilizadas na construção de outros mundos possíveis, capazes de superar a cisão estrutural entre trabalho, natureza e educação vigente na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli. Educação do Campo e Agroecologia. In: PESSOAS DIAS, Alexandre; STAUFFER, Anakeila de Barros.; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Mria Cristina Vargas (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Expressão Popular/ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p.355-361.

CUNHA, Tássio Barreto. Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia. In: **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, Presidente Prudente, v. 20, n.3, p. 108-140, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6867/pdf> Acesso em 10 nov. 2025

FERNANDES, Bernardo Moçano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5., pp. 32-53. Disponível em <https://fonec.org/biblioteca-2/>

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

RODRIGUES, Carlos Brandão. O trabalho como festa: sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. In: **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e922006, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10859>. Acesso em: 5 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

Dados de autoria

Luiz Paulo Oliveira

Doutor em Ciências Sociais – UFBA. Professor Associado, Centro de Humanidades, Artes e Letras (CAHL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira/Ba. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores (CFP) da UFRB. Pesquisador Associado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude (GEPJUV/CNPq). Integra a Coordenação do GT 08 – Trabalho e Educação da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Tem experiência de pesquisa nas áreas temáticas sobre juventude e precarização do trabalho, juventude e educação; trabalho e educação do campo. E-mail: luzpaulo@ufrb.edu.br. | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3726-1939>.